

PRINCIPAIS PONTOS DO ACORDO COM O FUNDO

■ O crescimento econômico projetado para 1999 deverá ser menor do que o previsto há alguns meses, com uma redução do Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 3,5% a 4% em média para o ano.

■ A balança comercial terá uma melhoria acentuada, passando de um déficit de US\$ 6,4 bilhões para um superávit de aproximadamente US\$ 11 bilhões em 1999. O déficit em conta corrente deverá também reduzir-se sensivelmente, caindo de 4,5% do PIB para algo em torno de 3% do PIB.

■ A depreciação do real, por meio de seu impacto sobre, em particular, a dívida externa e a dívida interna indexada ao dólar, fez aumentar o valor da dívida em cerca de 11% do PIB (elevando-a para mais de 53% do PIB). O Governo tenciona reduzir

paulatinamente a proporção entre a dívida pública e o PIB para algo em torno de 50% no final de 1999.

■ As seguintes medidas adicionais às já aprovadas ou anunciadas no final de 1998 para melhorar o superávit primário (saldo positivo da balança comercial) foram ou serão anunciadas: (i) aumento nos preços domésticos de energia e outras tarifas públicas, suficiente para assegurar o repasse dos insumos importados; (ii) suspensão, até o final do ano, dos créditos do PIS-Cofins aos exportadores; (iii) aumento do IOF sobre empréstimos ao consumidor; (iv) submissão ao Congresso de legislação que aumenta a contribuição dos militares à seguridade social; (v) redução (equivalente a 0,15% do PIB) dos gastos orçamentários federais com salários, a ser alcançada com a redução de novas contratações, o re-

tardamento de movimentos de carreira e a postergação de promoções.

■ O governo está negociando com o Banco Mundial um empréstimo de ajuste estrutural para financiar os custos associados à redução de despesas com funcionários estaduais, para facilitar o cumprimento por parte dos estados das exigências da reforma administrativa.

■ O principal objetivo da política monetária é garantir a manutenção de um baixo índice de inflação. O Banco Central tenciona colocar em prática, da forma mais rápida possível, um plano de metas de inflação. A proposta revisada incluirá: procedimentos para o estabelecimento de uma meta anual de inflação, bem como para a prestação de contas ao Congresso dos progressos atingidos no alcance dessa meta; prazos fixos

para o mandato do presidente e diretores do Banco Central; quarentena para os membros da diretoria do Banco ao se desligarem de suas funções.

■ O governo solicitou à comissão de alto nível encarregada do exame dos demais bancos federais (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, BNB e Basa) a apresentação, até outubro de 1999, de recomendações sobre o futuro papel dessas instituições, incluindo possíveis desinvestimentos, fusões, venda de participação acionária estratégica ou transformação em agências de desenvolvimento ou, ainda, bancos de segunda linha.

■ A privatização dos bancos, em particular de grandes estados como Bahia e Paraná, deverá ocorrer em 1999 (...)

■ Sob o novo regime de flutuação do câmbio, as vendas de moeda es-

trangeira no mercado por parte do Banco Central serão feitas regularmente para alcançar o financiamento necessário projetado para o balanço de pagamentos. Intervenções limitadas e não esterilizadas (injeção de dólares no mercado sempre que for necessário) poderão ser empreendidas ocasionalmente, a fim de conter condições de desordem do mercado. O Banco Central deixará de intervir no mercado cambial de futuros a partir de março de 1999.

■ O governo também pretende acelerar a privatização de estradas com pedágios e a venda de suas propriedades imobiliárias ociosas. Estima-se que a receita total do programa de privatização para o ano de 1999 seja de R\$ 27,8 bilhões e a do período 2000-2001 seja de R\$ 22,5 bilhões.